

# Esforço não resistiu ao contra-ataque

60  
*Scheila Bernadete*

A agonia dos partidos de oposição para conseguir a presença de 252 parlamentares no plenário e garantir a derrubada dos vetos do presidente Collor à política salarial começou cedo: às 10h00. Era o início da primeira sessão do Congresso destinada à apreciação da matéria. "O teste", como definia o líder do PT, José Genoíno, custou caro aos oposicionistas: a manutenção do voto que retirou o acréscimo de 5% aos salários dos trabalhadores: 193 não; 180 sim e 10 abstiveram-se de votar.

A estratégia oposicionista começava a ser derrubada. Esta ha-

via sido decidida, em reunião de quase uma hora e meia de duração, na liderança do PMDB, juntamente com os demais partidos: PT, PCB, PC do B e PSDB. A ordem era tentar derrubar vetos de menor importância. Se isto não fosse possível, todos deveriam se retirar do plenário. Foi o que acabou ocorrendo, quando não havia mais a possibilidade de inverter a pauta e colocar o voto ao artigo 8º como última questão a ser definida. Este é o voto da política salarial considerado o mais importante: o mínimo de Cr\$ 48 mil retroativo a outubro. E Cr\$ 95 mil a partir de dezembro.

**"Bonzinho"**

Enquanto as discussões e acusações de parlamentares contrá-

rios e favoráveis ao Governo aconteciam em plenário, na liderança do bloco governista, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, tentava convencer em sua estratégia. Ele argumentava que os governistas deveriam insistir na tese de que, derrubando os vetos, a Previdência Social se tornaria insustentável. Para justificar, o ministro explicava que a cada aumento de Cr\$ 1 mil que fosse acrescentado ao salário mínimo, haveria um acréscimo de Cr\$ 9 bilhões na folha de benefícios da Previdência.

"É muito prático defender aumento de salários em uma época eleitoral", dizia, depois, o ministro aos repórteres. "Todos ficam como

bonzinhos, pior sou eu que tenho que receber as queixas de prefeitos, apavorados com o aumento do salário mínimo, argumentando não ter condições de pagar". Segundo Passarinho, o mínimo atingindo Cr\$ 95 mil em dezembro trará uma elevação de Cr\$ 6 bilhões na folha da Previdência.

O deputado César Maia (PMDB-RJ) tem outra explicação às empresas que deixaram de recolher o Finsocial em outubro. "Estas empresas entraram na justiça para evitar o pagamento do tributo com o reajuste de 147,06% autorizado pelo Governo. Só esta falta de pagamento gerou um buraco de Cr\$ 10 bilhões na receita da Previdência", disse Maia.